

O compasso do luto



Por **JUDITH BUTLER***

De que modo podemos ao menos imaginar uma futura igualdade dos vivos sem saber que as forças israelenses e os colonos mataram quase 3800 civis palestinos desde 2008 na Cisjordânia e em Gaza?

Os assuntos que mais precisam de discussão pública, os que mais urgentemente precisam ser discutidos, são aqueles que são difíceis de discutir dentro dos enquadramentos de que dispomos atualmente. Embora queiramos ir diretamente ao assunto em questão, esbarramos nos limites de um enquadramento que torna quase impossível dizer o que se tem a dizer.

Quero falar sobre a violência, da violência atual, da história da violência e de suas múltiplas formas. Mas se quisermos documentar a violência, o que significa entender os bombardeios massivos e as mortes em Israel pelo Hamas como parte dessa história, podemos ser acusados de “relativização” ou “contextualização”. Temos que condenar ou aprovar, e isso faz sentido, mas isso é tudo o que é exigido eticamente de nós? De fato, condeno sem reservas a violência cometida pelo Hamas. Foi um massacre aterrador e revoltante. Esta foi minha primeira reação, e ela mantém-se. Mas há também outras reações.

Quase imediatamente, as pessoas querem saber de que “lado” você está, e, claramente, a única resposta possível a tais assassinatos é a condenação inequívoca. Mas por que às vezes pensamos que perguntar se estamos utilizando a linguagem correta ou se temos uma boa compreensão da situação histórica seria um obstáculo a uma forte condenação moral? É realmente relativizar quando perguntamos o que exatamente estamos condenando, qual deveria ser o alcance dessa condenação e qual a melhor forma de descrever a formação política, ou as formações políticas, a que nos opomos?

Seria estranho opormo-nos a algo sem o compreendermos ou sem o descrevermos bem. Seria especialmente estranho acreditar que a condenação requer uma recusa de compreensão, por medo de que o conhecimento só possa ter uma função relativizadora e minar nossa capacidade de julgar. E se for moralmente imperativo estender nossa condenação a crimes tão deploráveis como os que são repetidamente destacados pela mídia? Quando e onde nossa condenação começa e termina? Não necessitamos de uma avaliação crítica e informada da situação para acompanhar a condenação moral e política, sem temer que, ao nos tornarmos bem informados, sejamos transformados, aos olhos dos outros, em fracassados morais cúmplices de crimes hediondos?

Há aqueles que utilizam a história da violência israelense na região para inocentar o Hamas, mas eles utilizam uma forma corrupta de raciocínio moral para atingir este objetivo. Sejamos claros: a violência israelense contra os palestinos é avassaladora: bombardeios implacáveis, assassinatos de pessoas de todas as idades em suas casas e nas ruas, tortura nas prisões, técnicas de fome em Gaza e expropriação de casas. E esta violência, em suas múltiplas formas, é exercida contra um povo que está sujeito às regras do *apartheid*, ao domínio colonial e à inexistência de um Estado.

No entanto, quando o Comitê de Solidariedade à Palestina de Harvard emite uma declaração afirmando que “o regime de *apartheid* é o único culpado” pelos ataques mortais do Hamas contra alvos israelenses, comete um erro. É errado atribuir

responsabilidade dessa forma, e nada deve livrar o Hamas da responsabilidade pelas mortes hediondas que tem perpetrado. Ao mesmo tempo, este grupo e seus membros não merecem ser colocados numa lista negra ou ameaçados. Eles certamente têm razão em apontar para a história da violência na região: “Do confisco sistemático de terras aos ataques aéreos rotineiros, das detenções arbitrárias aos postos de controle militar e das separações familiares forçadas aos assassinatos seletivos, os palestinos têm sido forçados a viver num estado de morte, tanto lenta como súbita”.

Esta é uma descrição acurada, e é preciso dizê-lo, mas isso não significa que a violência do Hamas seja apenas violência israelense com outro nome. É verdade que deveríamos desenvolver alguma compreensão das razões pelas quais grupos como o Hamas ganharam força à luz das promessas descumpridas de Oslo e do “estado de morte, tanto lenta como súbita” que descreve a existência de muitos palestinos que vivem sob ocupação, seja a vigilância constante e a ameaça de detenção administrativa sem um devido processo, seja a intensificação do cerco que nega aos habitantes de Gaza medicamentos, alimentos e água.

Contudo, não obtemos uma justificativa moral ou política para as ações do Hamas por meio da referência à sua história. Se nos pedissem para entender a violência palestina como uma continuação da violência israelense, como no caso do Comitê de Solidariedade à Palestina de Harvard, então só há uma fonte de culpabilidade moral, e mesmo os palestinos não se consideram responsáveis por seus próprios atos violentos.

Não é assim que se reconhece a autonomia da ação palestina. A necessidade de separar uma compreensão da violência generalizada e implacável do Estado de Israel de qualquer justificativa da violência é crucial se quisermos considerar que há outras formas de nos livrarmos do domínio colonial, parar as detenções arbitrárias e a tortura nas prisões israelenses e pôr fim ao cerco de Gaza, onde a água e a comida são racionadas pelo Estado-nação que controla suas fronteiras.

Em outras palavras, a questão de saber que mundo ainda é possível para todos os habitantes dessa região depende das formas de pôr fim ao domínio colonial dos ocupantes. O Hamas tem uma resposta aterradora e apavorante para essa questão, mas há muitas outras. Entretanto, se estamos proibidos de nos referirmos à “ocupação” (que faz parte do *Denkverbot* alemão contemporâneo), se não podemos sequer abrir o debate sobre se o domínio militar israelense da região é *apartheid* racial ou colonialismo, então não temos qualquer esperança de compreender o passado, o presente ou o futuro.

Muitas pessoas que assistem à carnificina através da mídia sentem-se sem esperança. Mas uma das razões de não terem esperança é precisamente o fato de estarem assistindo através da mídia, vivendo no mundo sensacionalista e transitório da indignação moral sem esperança. Uma moralidade política diferente leva tempo, uma forma paciente e corajosa de aprender e nomear, assim, podemos acompanhar a condenação moral com uma visão moral.

Oponho-me à violência infligida pelo Hamas e não tenho qualquer alibi para oferecer. Quando digo isto, estou tornando clara uma posição moral e política. Não me equivoquei quando refleti sobre o que essa condenação pressupõe e implica. Qualquer pessoa que se junte a mim nesta condenação poderia questionar se a condenação moral deve basear-se numa certa compreensão daquilo a que se está opondo. Poderia dizer, não, não preciso saber nada sobre a Palestina ou o Hamas para saber que o que fizeram é errado, e condenar isso.

E se ficarmos por aqui, confiando nas representações midiáticas contemporâneas, sem nunca nos perguntarmos se elas são de fato corretas e úteis, se permitem que as histórias sejam contadas, então aceitamos uma certa ignorância e confiamos no enquadramento apresentado. Afinal, estamos todos ocupados e nem todos podemos ser historiadores ou sociólogos. Essa é uma forma possível de pensar e viver, e as pessoas bem-intencionadas vivem desse modo. Mas a que custo?

E se nossa moral e nossa política não se limitassem ao ato de condenação? E se insistíssemos em perguntar que forma de vida libertaria a região de uma violência como esta? E se, para além de condenar os crimes deploráveis, quiséssemos criar um futuro em que este tipo de violência acabasse? Trata-se de uma aspiração normativa que ultrapassa a condenação passageira.

Para conseguirmos isso, temos que conhecer a história da situação, o crescimento do Hamas como grupo militante na devastação do momento pós-Oslo para aqueles que, em Gaza, nunca viram cumpridas as promessas de autogoverno; a formação de outros grupos de palestinos com outras táticas e objetivos; e a história do povo palestino e suas aspirações à liberdade e ao direito à autodeterminação política, à libertação do domínio colonial e da violência militar e carcerária generalizada. Então, poderíamos fazer parte da luta por uma Palestina livre, na qual o Hamas seria dissolvido ou substituído por grupos com aspirações não violentas de coabitação.

Para aqueles cuja posição moral se limita apenas à condenação, a compreensão da situação não é o objetivo. Este tipo de indignação moral é indiscutivelmente anti-intelectual e focada no presente. No entanto, a indignação também pode conduzir uma pessoa aos livros de história para descobrir como eventos como este podem acontecer e se as condições podem mudar de tal modo que um futuro de violência não seja tudo o que é possível. Não deveria ser o caso de considerar a “contextualização” uma atividade moralmente problemática, embora existam formas de contextualização que podem ser utilizadas para transferir a culpa ou para dela se eximir.

Podemos fazer uma distinção entre estas duas formas de contextualização? Só porque alguns pensam que contextualizar a violência hedionda desvia a atenção da violência ou, pior ainda, a racionaliza, não significa que devemos capitular diante da afirmação de que todas as formas de contextualização são moralmente relativizadoras nesse sentido. Quando o Comitê de Solidariedade à Palestina de Harvard afirma que “o regime de *apartheid* é o único culpado” pelos ataques do Hamas, está subscrevendo uma versão inaceitável de responsabilização moral.

Parece que, para compreender como surgiu um evento, ou qual seu significado, temos que aprender um pouco de história. Isso significa que temos que ampliar a lente para além do terrível momento atual, sem negar seu horror, ao mesmo tempo que nos recusamos a deixar que esse horror represente todo o horror que há para representar, conhecer e se opor. A mídia contemporânea, na sua maioria, não detalha os horrores que o povo palestino tem vivido durante décadas sob a forma de bombardeios, ataques arbitrários, detenções e assassinatos.

Se os horrores dos últimos dias assumirem uma maior importância moral para a mídia do que os horrores dos últimos setenta anos, então a resposta moral do momento ameaça eclipsar a compreensão das injustiças radicais sofridas pela Palestina ocupada e pelos palestinos deslocados à força – bem como o desastre humanitário e a perda de vidas que estão acontecendo neste momento em Gaza.

Algumas pessoas receiam, justificadamente, que qualquer contextualização dos atos violentos cometidos pelo Hamas será utilizada para inocentar o Hamas, ou que a contextualização desvie a atenção do horror do que fizeram. Mas e se for o próprio horror que nos leva a contextualizar? Onde começa esse horror e onde ele termina? Quando a imprensa fala de uma “guerra” entre o Hamas e Israel, oferece um enquadramento para compreender a situação. De fato, ela compreendeu a antecipadamente situação.

Se Gaza é compreendida como estando sob ocupação, ou se for referida como uma “prisão a céu aberto”, então é veiculada uma interpretação diferente. Parece uma descrição, mas a linguagem restringe ou facilita o que podemos dizer, como podemos descrever e o que podemos saber. Sim, a linguagem pode descrever, mas só obtém o poder de fazê-lo se estiver em conformidade com os limites impostos ao que é dizível. Se for decidido que não precisamos de saber quantas crianças e adolescentes palestinos foram mortos na Cisjordânia e em Gaza este ano ou ao longo dos anos de ocupação, que esta informação não é importante para conhecer ou avaliar os ataques a Israel e os assassinatos de israelenses, então decidimos que não queremos conhecer a história da violência, do luto e da indignação tal como é vivido pelos palestinos.

Só queremos conhecer a história da violência, do luto e da indignação tal como é vivido pelos israelenses. Uma amiga israelense, que se autodenomina “antissionista”, escreve na internet que está aterrorizada pela sua família e amigos, que perdeu pessoas. E nossos corações devem estar com ela, como o meu certamente está. É inequivocamente terrível. E, no entanto, não há um momento em que sua própria experiência de horror e de perda de seus amigos e de sua família seja imaginada como aquilo que um palestino possa estar sentindo do outro lado, ou que tenha sentido após os anos de

bombardeio, de encarceramento e de violência militar?

Eu também sou judia e vivo com um trauma transgeracional, na sequência de atrocidades cometidas contra pessoas como eu. Mas também foram cometidas contra pessoas que não são como eu. Não tenho que me identificar com este rosto ou com aquele nome para nomear a atrocidade que vejo. Ou, pelo menos, esforço-me por não o fazer.

No final, porém, o problema não é simplesmente uma falha de empatia. Pois a empatia toma forma principalmente dentro de um enquadramento que permite a identificação, ou a tradução entre a experiência do outro e a minha. E se o quadro dominante considera que algumas vidas são mais lastimáveis do que outras, então um conjunto de perdas é mais horrendo do que outro conjunto de perdas. A questão de saber de quem são as vidas que valem a pena lastimar é parte integrante da questão de saber de quem são as vidas que valem a pena valorizar.

E aqui o racismo entra de uma forma decisiva. Se os palestinos são “animais”, como insiste o ministro da defesa de Israel, e se os israelenses representam agora “o povo judeu”, como insiste Biden (colapsando a diáspora judaica em Israel, como reivindicam os reacionários), então as únicas pessoas lastimáveis na cena, as únicas que se apresentam como elegíveis para o luto, são os israelenses, pois a cena da “guerra” é agora representada entre o povo judeu e os animais que buscam matá-los. Esta não é seguramente a primeira vez que um grupo de pessoas que procura libertar-se dos grilhões coloniais é definido como um animal pelo colonizador.

Os israelenses são “animais” quando matam? Este enquadramento racista da violência contemporânea recapitula a oposição colonial entre os “civilizados” e os “animais” que devem ser derrotados ou destruídos para preservar a “civilização”. Se adotarmos este enquadramento ao declararmos nossa oposição moral, estaremos implicados numa forma de racismo que se estende para além do discurso, atingindo a estrutura da vida cotidiana na Palestina. E, por isso, é certamente necessária uma reparação radical.

Se pensarmos que a condenação moral deve ser um ato claro, pontual, sem referência a qualquer contexto ou conhecimento, então aceitamos inevitavelmente os termos em que essa condenação é feita, o palco em que as alternativas são orquestradas. Neste contexto mais recente, aceitar esses termos significa recapitular formas de racismo colonial que fazem parte do problema estrutural a ser resolvido, da injustiça permanente a ser superada.

Assim, não podemos dar-nos ao luxo de desviar o olhar da história de injustiça em nome da certeza moral, pois corremos o risco de cometer mais injustiças e, num dado momento, nossa certeza hesitará nesse terreno não muito firme. Por que não podemos condenar atos moralmente hediondos sem perder nossa capacidade de pensar, conhecer e julgar? Certamente que podemos, e devemos, fazer as duas coisas.

Os atos de violência que testemunhamos nos meios de comunicação são horríveis. E neste momento de elevada atenção midiática, a violência que vemos é a única violência que conhecemos. Repito: temos razão em deplorar essa violência e em expressar nosso horror. Há dias que me sinto mal do estômago. Todas as pessoas que conheço vivem com medo do que a máquina militar israelense fará a seguir, se a retórica genocida de Netanyahu se materializará na matança em massa de palestinos. Pergunto-me se podemos lastimar, sem ressalvas, as vidas perdidas em Israel, assim como as vidas perdidas em Gaza, sem nos deixarmos atolar em debates sobre relativismo e equivalência.

Talvez o compasso mais amplo do luto sirva a um ideal mais substancial de igualdade, que reconheça a igualdade de lamento das vidas, e dê origem a uma indignação de que essas vidas não deveriam ter sido perdidas, que os mortos mereciam mais vida e igual reconhecimento por suas vidas. De que modo podemos ao menos imaginar uma futura igualdade dos vivos sem saber, como documentou o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, que as forças israelenses e os colonos mataram quase 3800 civis palestinos desde 2008 na Cisjordânia e em Gaza, antes mesmo do início das atuais ações. Onde está o luto do mundo por eles? Centenas de crianças palestinas morreram desde que Israel iniciou suas ações militares de “vingança” contra o Hamas, e muitas mais morrerão nos próximos dias e semanas.

a terra é redonda

Não é necessário ameaçar nossas posições morais para dedicarmos algum tempo para aprender sobre a história da violência colonial e examinar a linguagem, as narrativas e os enquadramentos que atualmente funcionam para relatar e explicar – e interpretar antecipadamente – o que está acontecendo nesta região. Esse tipo de conhecimento é essencial, mas não com o objetivo de racionalizar a violência existente ou autorizar ainda mais violência. Seu objetivo é proporcionar uma compreensão mais verdadeira da situação do que a de um enquadramento incontestável do presente pode proporcionar por si mesmo.

Na verdade, pode haver mais posições de oposição moral a acrescentar às que já aceitamos, incluindo uma oposição à violência militar e policial que satura as vidas dos palestinos na região, retirando-lhes o direito ao luto, a conhecer e a expressar sua indignação e solidariedade, e a encontrar seu próprio caminho para um futuro de liberdade.

Pessoalmente, defendo uma política de não-violência, reconhecendo que ela não pode operar como um princípio absoluto a ser aplicado em todas as ocasiões. Sustento que as lutas de libertação que praticam a não-violência ajudam a criar o mundo não-violento em que todos queremos viver. Deploro inequivocamente a violência, ao mesmo tempo que, como muitos outros, quero fazer parte da imaginação e da luta por uma verdadeira igualdade e justiça na região, do tipo que obrigaria grupos como o Hamas a desaparecerem, a ocupação a terminar e novas formas de liberdade política e justiça a florescerem.

Sem igualdade e justiça, sem o fim da violência de Estado conduzida por um Estado, Israel, que foi ele próprio fundado na violência, nenhum futuro pode ser imaginado, nenhum futuro de verdadeira paz – isto é, não “paz” como um eufemismo para normalização, o que significa manter as estruturas de desigualdade, injustiça e racismo.

Mas esse futuro não pode surgir sem que sejamos livres para nomear, descrever e opor-nos a toda violência, incluindo a violência do Estado israelense em todas as suas formas, e de fazê-lo sem receio de censura, criminalização ou de sermos maliciosamente acusados de antissemitismo. O mundo que eu quero é um mundo que se oponha à normalização do domínio colonial e que apoie a autodeterminação e a liberdade dos palestinos, um mundo que, de fato, realize os desejos mais profundos de todos os habitantes dessas terras de viverem juntos em liberdade, sem violência, com igualdade e justiça.

Esta esperança parece, sem dúvida, ingênua, ou mesmo impossível, para muitos. No entanto, alguns de nós devem agarrar-se a ela de forma bastante selvagem, recusando-se a acreditar que as estruturas que existem atualmente existirão para sempre. Para isso, precisamos de nossos poetas e de nossos sonhadores, dos loucos indomáveis, do tipo que sabe como organizar.

***Judith Butler** é professora de filosofia na University of California, Berkeley. Autora, entre outros livros de Vida precária: os poderes do luto e da violência (*Autêntica*).

Tradução: Fernando Lima das Neves.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA